



Cartilha

RIO
MILÁS

Projeto de
educação para o futuro



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



POLÍTICA PARA
EDUCAÇÃO
Mulheres
e Cuidados



Realização:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PREFEITURA
RIO
Educação

Política para
Mulheres
e Cuidados



Sumário

- 
- 4.** Introdução
 - 5.** O que é o Rio Lilás
 - 7.** Lei Maria da Penha
 - 14.** Violência no Namoro
 - 16.** Escuta empática
 - 18.** Papéis de Gênero e masculinidades
 - 21.** Prêmio Carolina de Jesus
 - 23.** Espaço Maria da Penha: Leitura, Acolhimento e Direitos das Mulheres na Escola
 - 24.** Referências

*** INTRODUÇÃO

Um chamado à escuta, ao diálogo e garantia de direitos

Esta cartilha nasce com o propósito de provocar reflexões antes, durante e depois das visitas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) — e de seus convidados — às escolas municipais da cidade.

Nosso objetivo é somar forças com professoras, professores e toda a comunidade escolar na construção de **uma cultura de paz, respeito e equidade de gênero**.

Vivemos tempos desafiadores. Os índices de violência contra meninas e mulheres no Brasil seguem alarmantes, e é impossível ignorar o papel estratégico da escola nesse cenário. O **Programa Rio Lilás** propõe ampliar o debate sobre a violência de gênero a partir do cotidiano escolar, estendendo esse diálogo para os territórios nos quais as escolas estão inseridas.

Reconhecemos a escola como **espaço potente de formação e multiplicação de saberes** — capaz de irradiar práticas transformadoras, sensibilizar consciências e construir outras formas de convivência.

Este guia não pretende esgotar os temas, mas abrir caminhos. Nossa intenção é oferecer uma base sólida e provocadora para que educadoras e educadores possam aprofundar, expandir e criar novos sentidos em seus contextos.

Acreditamos que **educação é um dos instrumentos mais potentes no enfrentamento da violência de gênero**, sobretudo quando caminhamos (utilizamos) junto a estratégias criativas e sensíveis: a literatura, a arte, os jogos, o teatro e o corpo em movimento são linguagens que ajudam a tocar o que é denso sem perder o rigor, tornando acessível o que muitas vezes é difícil de nomear.

Sobre o Programa Rio Lilás

O Programa Rio Lilás é uma iniciativa da **Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COEM/TJRJ)**. Atua de forma interinstitucional na prevenção da violência contra meninas e mulheres, com ações educativas voltadas ao público escolar e à sociedade em geral.

Entre essas ações, estão rodas de conversas, encontros com magistradas (os), servidores e convidados, acesso a material de apoio para fomentar debates na comunidade escolar, criação do espaço "Maria da Penha" tudo com foco na **divulgação e consolidação da Lei Maria da Penha (Lei no 11.340/2006, Art. 8º, V)**, e de outros instrumentos legais de proteção aos direitos humanos das mulheres. A cartilha também se alinha à **Lei no 14.164/2021**, que determina a inclusão de conteúdos sobre prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.

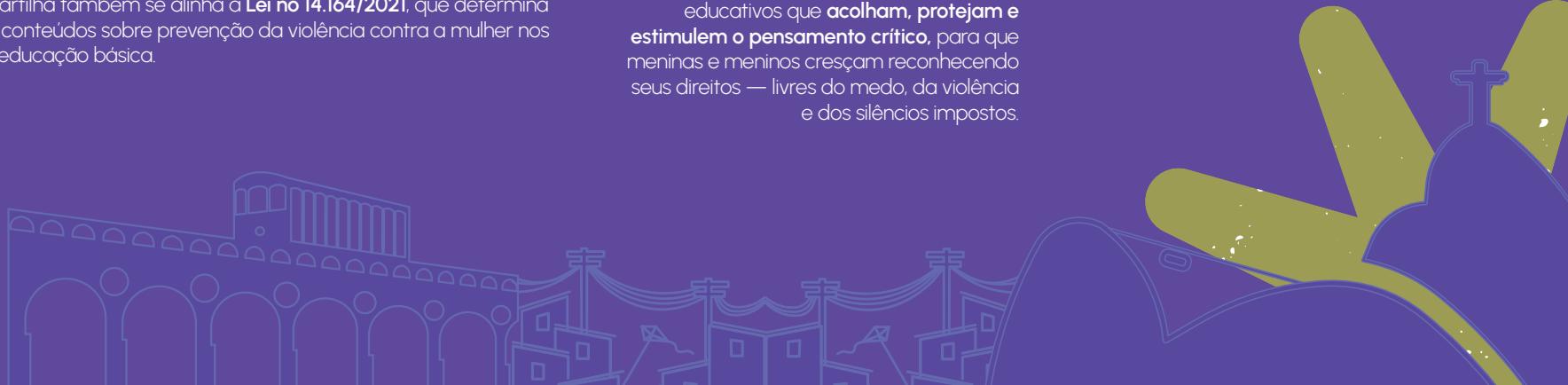
Por uma escola que acolhe, forma e garante direitos

Ao incentivar práticas que envolvam toda a comunidade escolar, este material busca **fortalecer o papel de educadoras e educadores como protagonistas** na promoção de mudanças sociais. A escola, e suas práticas pedagógicas, **pode contribuir para ressignificar ideias e comportamentos fundados no preconceito**.

Queremos apoiar a criação de espaços educativos que **acolham, protejam e estimulem o pensamento crítico**, para que meninas e meninos cresçam reconhecendo seus direitos — livres do medo, da violência e dos silêncios impostos.

Sabemos que essa construção não acontece sozinha. Ela precisa ser coletiva, sustentada em diálogo com **movimentos sociais, instituições públicas e privadas, coletivos e organizações que atuam nos territórios**.

Enfrentar a violência de gênero exige **um olhar atento às desigualdades estruturais**, considerando os marcadores sociais da diferença: raça, classe, território, idade, deficiência, identidade de gênero e orientação sexual **que atravessam as histórias de meninas e meninos, adolescentes, mulheres e homens**.



Educação como caminho para a equidade

Transformar a realidade em que vivemos exige **ações intencionais, conjuntas e sensíveis à diversidade.**

Estimular conversas amplas e participativas é um passo essencial para que pessoas de todas as idades, gêneros e origens contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esse caminho passa pelo **rompimento com estigmas e preconceitos, e pela valorização de uma educação comprometida com o pleno exercício dos direitos das mulheres, com dignidade e respeito.**

Um convite a cada educador e educadora

Esta cartilha é, acima de tudo, um convite à ação.

Convidamos você, profissional da educação, a se reconhecer como **agente de mudança, formador de consciências e cultivador de valores democráticos e igualitários.**

Mais do que transmitir conteúdo, seu **trabalho transforma histórias.** Sua escuta pode **interromper ciclos de violência.**

Seu olhar atento pode **abrir caminhos antes invisíveis.** Seu compromisso ético pode **salvar vidas.**

Ao acolher esse debate com coragem e responsabilidade, você se torna peça-chave na construção de relações mais justas e no fortalecimento de uma cultura de paz.

A história que criou a lei: **Maria da Penha**

"Quando uma mulher transforma sua dor em luta,
toda a sociedade avança."

Você provavelmente já ouviu falar da **Lei Maria da Penha**, mas talvez não saiba que **Maria da Penha é uma mulher real, de carne, osso e coragem.**

Biofarmacêutica, mãe de três filhas, ela viveu anos de violência doméstica. Em 1983, sofreu uma tentativa brutal de feminicídio: levou um tiro nas costas enquanto dormia e ficou paraplégica. Mesmo após esse ataque, o agressor — seu companheiro — tentou matá-la novamente, tentando eletrocutá-la no banho.



Em vez de se calar, Maria da Penha **levantou a voz**. Lutou por justiça por quase 20 anos, enfrentando a lentidão do sistema judiciário brasileiro. Seu caso chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e o Brasil foi condenado por omissão e negligência.

Essa condenação internacional forçou o país a agir. Em 2006, foi sancionada a **Lei no 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha**: um divisor de águas no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

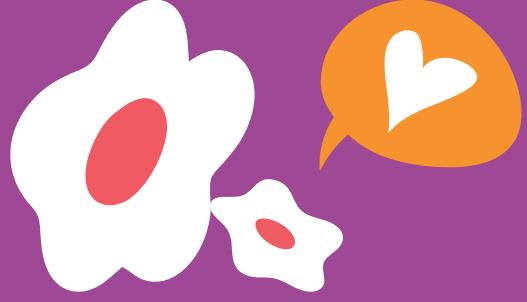




Por que essa história precisa ser contada na escola?

Porque a escola é um espaço fundamental de transformação social.

Porque violência de gênero não começa na vida adulta — ela nasce de ideias e comportamentos que são ensinados (ou silenciados) desde cedo.



Profissionais da educação são peças-chave na quebra dos ciclos de violência. Conhecer a história de Maria da Penha é reconhecer que o enfrentamento à violência começa com escuta, acolhimento e informação.



A Lei Maria da Penha não é apenas uma norma jurídica — ela é um símbolo de resistência e reparação histórica. Sua criação tornou visível algo que por muito tempo foi tratado como "problema de casal": a violência contra mulheres dentro de casa.

O QUE ESSA LEI NOS ENSINA?



Que violência doméstica não é só física — pode ser também psicológica, sexual, moral e patrimonial.



Que o Estado tem dever legal e ético de proteger as vítimas.



Que a luta de uma mulher pode provocar mudanças estruturais.



Que o silêncio também é uma forma de violência — e que é preciso romper com ele.

Maria da Penha segue inspirando políticas públicas, projetos escolares, campanhas educativas e ações comunitárias. Sua trajetória é uma prova de que quando uma mulher fala, muitas podem se escutar — e transformar.



OS 5 TIPOS DE VIOLÊNCIA PREVISTOS NA LEI MARIA DA PENHA

A lei ampliou o entendimento do que é violência de gênero contra a mulher, indo muito além da agressão física. Ela reconhece cinco formas de violência que podem ocorrer nos lares, namoros, relações de afeto ou familiares:

1. Violência física

É qualquer conduta que ofenda a integridade corporal ou a saúde da mulher.

Ex: empurrões, tapas, socos, chutes, estrangulamento.

2. Violência psicológica

Condutas que causam dano emocional, diminuem a autoestima ou controlam ações e decisões.

Ex: humilhações, ameaças, manipulação, isolamento, ciúme excessivo.

3. Violência sexual

É obrigar a mulher a manter relações sexuais contra sua vontade, ou impedir o uso de métodos contraceptivos.

Ex: estupro dentro do relacionamento, forçar gravidez ou impedir acesso à camisinha.

4. Violência patrimonial

Destrução, retenção ou controle dos bens, documentos ou dinheiro da mulher.

Ex: tomar o salário, esconder documentos, quebrar o celular.

5. Violência moral

Atitudes que ferem a honra ou a reputação da mulher.

Ex: xingamentos, calúnias, difamações e falsas acusações.

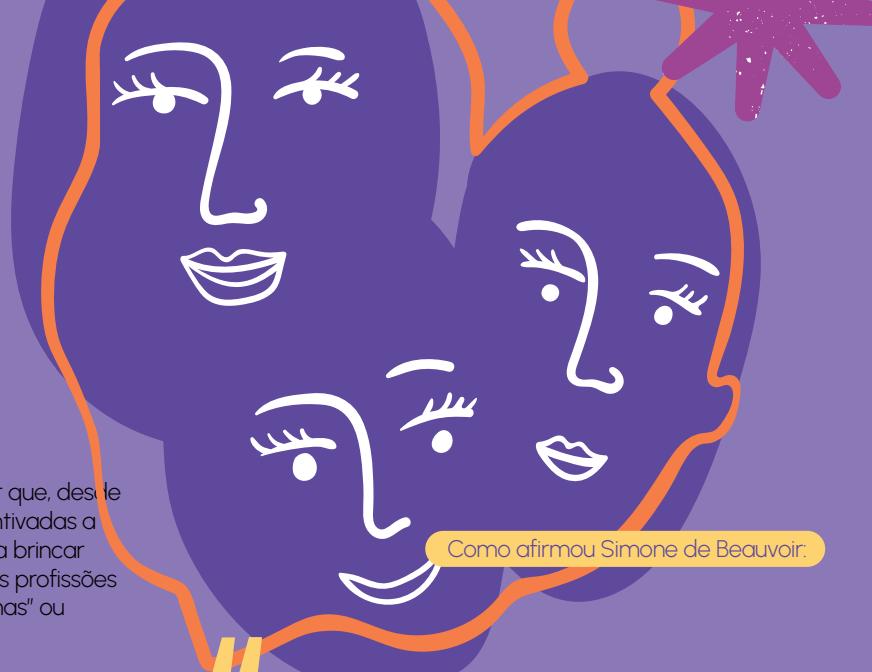
Essas violências, muitas vezes ocultas ou naturalizadas, impactam diretamente a vida de mulheres e meninas — e frequentemente estão presentes também nos relacionamentos adolescentes.

O que é gênero, afinal?

Você já parou para pensar por que, desde muito cedo, meninas são incentivadas a brincar de boneca e meninos a brincar de carrinho? Ou por que certas profissões ainda são vistas como "femininas" ou "masculinas"?

Essas ideias não nascem com a gente — **são construídas socialmente**. É disso que trata o conceito de gênero.

Enquanto "sexo" diz respeito a características biológicas, **gênero se refere a um conjunto de normas sociais, culturais e históricas atribuídas a pessoas com base no sexo biológico**. Essas normas moldam expectativas sobre como meninos e meninas devem agir, se vestir, falar, amar, cuidar ou liderar.



Como afirmou Simone de Beauvoir:

**Ninguém nasce mulher:
torna-se mulher."**

Ou seja, ser mulher — assim como ser homem — **é uma construção social complexa**, que ultrapassa os aspectos biológicos e é atravessada por valores culturais, políticas públicas, religião, mídia, educação e relações de poder.

Por que o conceito de gênero é tão importante na escola?

Compreender o que é gênero nos ajuda a **identificar, questionar e transformar desigualdades enraizadas** no cotidiano escolar.

Quando pensamos que meninos são naturalmente "fortes e racionais", e meninas "frágeis e emotivas", estamos reforçando **estereótipos de gênero** — ideias que limitam o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes e que, muitas vezes, **abrem espaço para a violência**.

Além disso, o conceito de gênero nos permite **reconhecer a diversidade de identidades** que ultrapassam o binário homem/mulher. Pessoas trans, não binárias ou com expressões de gênero dissidentes também fazem parte da comunidade escolar e merecem ser respeitadas e protegidas em seus direitos.

Autoras como **Joan Scott, Judith Butler, bell hooks, Patricia Hill Collins e Gayle Rubin** nos ensinam que o gênero é relacional, histórico, político — e que pode (e deve) ser transformado.

Gênero, identidade e diversidade: algumas definições importantes

- **Sexo biológico:** características físicas e reprodutivas (genitália, hormônios, cromossomos).
- **Gênero:** papéis e expectativas atribuídas socialmente a homens, mulheres e outras identidades.
- **Identidade de gênero:** como a pessoa se identifica (mulher, homem, ambos, nenhum).
- **Cisgênero:** pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao sexo designado no nascimento.
- **Transgênero:** pessoa cuja identidade de gênero difere do sexo designado no nascimento.
- **Não-binária:** pessoa que não se identifica exclusivamente como homem ou mulher.



A diversidade de gênero é a compreensão de que não existem apenas dois gêneros (masculino e feminino), mas uma diversidade de gênero.

Dentro desse contexto, destaca-se o papel social da escola em contribuir para a desconstrução de estigmas, estereótipos e preconceitos relacionados às diversidades sexual e de gênero, para que não sejam reproduzidos e perpetuados na sociedade.

Ao compreender os conceitos que dizem respeito a manifestação da sexualidade humana e seus afetos, a escola poderá criar um espaço mais seguro, inclusivo e justo.

Desigualdade de gênero: como ela se manifesta?

A desigualdade de gênero é um sistema de hierarquias que atribui valor e poder diferente a homens e mulheres — e que afeta diretamente os processos educativos, as relações afetivas, o acesso ao conhecimento, o reconhecimento e até o afeto dentro da escola.

Ela se manifesta de forma sutil (como interrupções constantes em falas de mulheres em reuniões) ou explícita (como a responsabilização exclusiva das meninas pela prevenção da gravidez). Mas em todos os casos, **limita oportunidades e reforça violências**.

Segundo Matos e Pardadis (2014), os papéis de gênero são definidos de forma complementar e desigual, sustentando a lógica do **patriarcado**, que separa os espaços público e privado, valoriza o masculino e subordina o feminino — sobretudo quando este feminino é **negro, periférico, trans ou pobre**.

“
Os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos.”

Ou seja, **as desigualdades de gênero são históricas, estruturais e atravessam o cotidiano escolar**.

Gênero, raça, classe e outras opressões: tudo está conectado

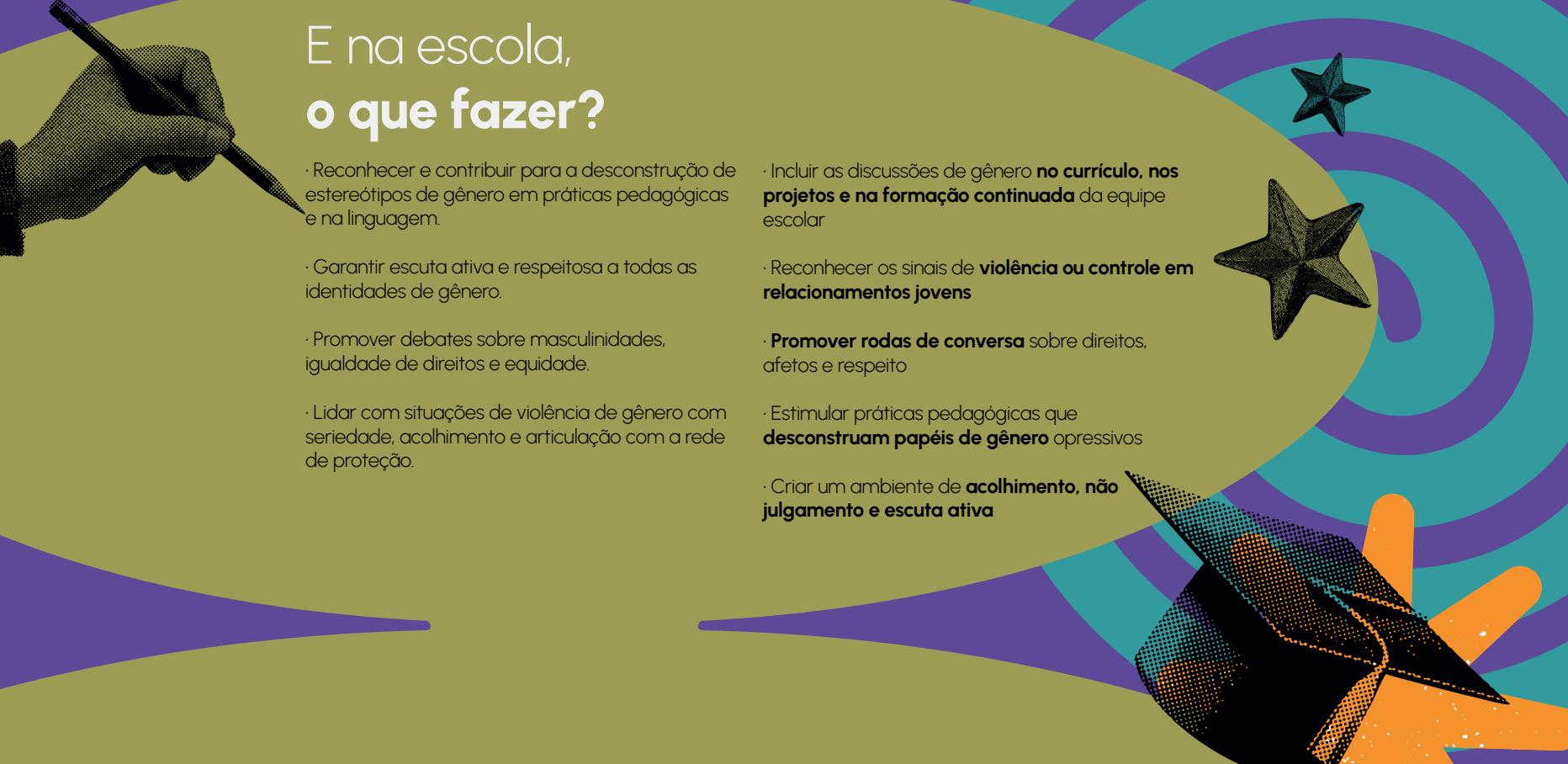
A **interseccionalidade**, conceito amplamente discutido por **Patricia Hill Collins** e outras autoras negras, nos mostra que as **opressões não atuam isoladamente**.

Ser mulher e negra, por exemplo, significa enfrentar **não apenas o machismo**, mas também o **racismo estrutural**, que historicamente posiciona os corpos negros em lugares de exploração, desvalorização e violência.

A filósofa **Lélia Gonzalez** denunciava os mitos que cercam a imagem da mulher negra no Brasil — vista ora como objeto sexual (a “mulata exportação”), ora como mão de obra barata no trabalho doméstico. Esses estereótipos ainda **impactam profundamente as trajetórias de meninas negras nas escolas**.

E na escola, o que fazer?

- Reconhecer e contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero em práticas pedagógicas e na linguagem.
- Garantir escuta ativa e respeitosa a todas as identidades de gênero.
- Promover debates sobre masculinidades, igualdade de direitos e equidade.
- Lidar com situações de violência de gênero com seriedade, acolhimento e articulação com a rede de proteção.
- Incluir as discussões de gênero **no currículo, nos projetos e na formação continuada** da equipe escolar
- Reconhecer os sinais de **violência ou controle em relacionamentos jovens**
- **Promover rodas de conversa** sobre direitos, afetos e respeito
- Estimular práticas pedagógicas que **desconstruam papéis de gênero** opressivos
- Criar um ambiente de **acolhimento, não julgamento e escuta ativa**



VIOLÊNCIA NO NAMORO

Quando o controle se disfarça de cuidado

A violência no namoro não é uma expressão do amor — é, antes de tudo, uma manifestação do **desejo de controle** e de uma lógica de dominação que muitas vezes já se inicia na adolescência. Mesmo em relações que não envolvem convivência doméstica, há presença de agressões que visam **limitar a liberdade** do outro. Essa violência tem raízes na **desigualdade de gênero**, ou seja, na ideia socialmente construída de que homens devem dominar e mulheres se submeter.

É fundamental reconhecer que a violência no namoro **não é uma exceção**: ela está naturalizada nos discursos cotidianos, nas músicas, nas redes sociais, nos "memes" e até nas brincadeiras entre pares. Nessa fase de formação da identidade e da autoestima, meninas e meninos estão mais vulneráveis a aceitar condutas abusivas como se fossem demonstrações de afeto.

Por que isso acontece entre jovens?

Durante a adolescência, há uma intensa busca por pertencimento. Essa necessidade de aceitação pode se tornar uma armadilha quando o/a jovem **abre mão de seus limites pessoais** em nome do "amor" ou da permanência no relacionamento. A dificuldade em identificar comportamentos abusivos é agravada pela falta de repertório emocional, pela escassez de políticas públicas de educação sexual e de gênero, e por **modelos familiares ou midiáticos que reforçam o machismo**.

Segundo o Instituto Promundo, a juventude brasileira ainda é fortemente influenciada por **normas de masculinidade** tóxica, que associam o ser homem ao controle, à virilidade, ao ciúme e à posse. Essas normas atravessam as relações e silenciam muitas meninas, que são ensinadas a "compreender", "tolerar" e até se responsabilizar pela agressividade do parceiro.

Como identificar um relacionamento abusivo?

Violência no namoro não é apenas agressão física. Ela pode começar de forma sutil — um controle disfarçado de zelo, uma chantagem emocional, a invasão da privacidade ou uma manipulação constante que abala a confiança da vítima em si mesma. Esses comportamentos revelam uma dinâmica de poder desigual.



Atenção aos sinais:

- **Cíume excessivo:** "Se você me amasse, não usaria essa roupa."
- **Controle emocional:** "Se você terminar comigo, eu me mato."
- **Humilhações públicas ou privadas**
- **Afastamento de amigos, família ou apoio escolar**
- **Invasão de privacidade digital** (exigir senhas, vigiar mensagens)
- **Ameaças verbais, agressões físicas ou sexuais**
- **Culpabilização da vítima pelos atos do agressor**

Esses elementos compõem o que pesquisadores como Michael Johnson chamam de terrorismo íntimo: uma relação sustentada por coerção, e não por cuidado.

As consequências vão além do namoro

As marcas deixadas pela violência afetiva na adolescência não desaparecem com o fim do relacionamento. Pelo contrário, muitas vezes elas se aprofundam na vida adulta, gerando traumas emocionais e psíquicos. Estudos indicam que jovens vítimas de violência amorosa apresentam:

- Distúrbios alimentares e de sono
- Ansiedade, depressão e fobias sociais
- Isolamento e dificuldade em estabelecer novos vínculos
- Baixa autoestima e culpa crônica
- Autolesões e tentativas de suicídio

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) alerta que 1 em cada 4 adolescentes brasileiras já vivenciou algum tipo de violência em relacionamentos amorosos.

Como apoiar uma vítima?

Acolher é mais do que ouvir — é não julgar. A vítima precisa saber que **não está sozinha e que a culpa nunca é dela**. Apoiar alguém em situação de violência exige:

- ★ Escuta ativa, empática e sem interrupções
- ★ Evitar frases como “você devia ter percebido antes”
- ★ Incentivar a busca por ajuda profissional e legal
- ★ Respeitar o tempo da vítima para reconhecer a violência
- ★ Apoiar a reconstrução da autoestima, da autonomia e da rede de apoio
- ★ É preciso mostrar que **não existe amor que dói, sufoca ou humilha**. O amor saudável é livre, recíproco e respeitoso.

Escuta Empática

em Situação de Violência na Escola (Escuta Especializada e Depoimento Especial)

A Escola como Espaço de Proteção

A escola é parte fundamental da rede de proteção à infância e adolescência. Cabe aos profissionais da educação, junto a áreas como Saúde e Assistência Social, zelar pelos direitos previstos no ECA. Isso inclui **acolher, escutar e notificar** situações de violência que venham à tona no ambiente escolar, seja por revelações espontâneas ou percepções cuidadosas.

Violência: Um Fenômeno Histórico e Estrutural

A violência no Brasil é um fenômeno **estrutural**, marcado por desigualdades sociais, raciais, de

gênero e de classe, desde o período colonial até hoje. Muitas vezes, ela aparece de forma naturalizada na educação de crianças e adolescentes, como castigos e humilhações. Reconhecer isso é o primeiro passo para desconstruir práticas violentas no cotidiano escolar.

O Que É Escuta Especializada? X Depoimento Especial

A **escuta especializada**, definida pela Lei 13.431/2017, é um procedimento realizado por profissionais da rede de proteção (como escolas, unidades de saúde e assistência), com o objetivo de acolher relatos de violência com **cuidado, respeito e sem revitimização**.

Importante: a escuta especializada não é uma investigação e **não produz provas judiciais** — ela visa garantir proteção e cuidado.

O **depoimento especial**, por sua vez, ocorre em ambiente policial ou judicial, a escuta especializada visa garantir o atendimento e a proteção social da criança ou adolescente.

O papel da Escola e do Profissional

As redes de ensino, portanto, devem implementar programas de prevenção à violência, contribuindo para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento escolar.

Nesse sentido, os profissionais da educação se tornam responsáveis pela proteção dos direitos humanos das crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, incluindo:

- Denunciar sempre que houver suspeita ou ameaça;
- Ouvir relatos espontâneos com atenção, sem interromper, julgar ou prometer sigilo absoluto;
- Evitar perguntas sugestivas, repetição de depoimentos e exposição desnecessária;
- Encaminhar imediatamente os casos ao Conselho Tutelar, Delegacia, Ministério Público ou outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- Em situações de urgência, acionar a Polícia Militar ou o SAMU.

O profissional da educação, ao adotar uma **postura**

empática, cria um ambiente de confiança que permite ao aluno se sentir seguro para se expressar. Essa escuta atenta pode ser o primeiro passo para romper o ciclo da violência. No entanto, é importante lembrar que o educador não está sozinho nessa missão. Ele deve conhecer os protocolos de proteção, acionar os órgãos competentes e trabalhar em rede com outros profissionais, como assistentes sociais, psicólogos e conselheiros tutelares.

Por conseguinte, é essencial que as instituições de ensino promovam formações continuadas sobre direitos da criança e do adolescente, violência doméstica e estratégias de acolhimento. A escuta empática, quando aliada ao conhecimento técnico e ao compromisso ético, transforma a escola em um espaço de cuidado e resistência.



Papéis de Gênero, Machismo e Masculinidades

Um Convite à Reflexão nas Escolas

A Escola como Espaço de Transformação

A escola é um espaço privilegiado para refletir sobre como os papéis de gênero são socialmente construídos. Desde cedo, meninas e meninos são incentivados a se comportar de maneiras diferentes: brinquedos, roupas, cores e comportamentos são distribuídos segundo expectativas culturais que moldam suas identidades e limitam suas possibilidades.

Como Somos Ensinados a Ser

Desde a infância, meninos são pressionados a demonstrar força, agressividade e autocontrole, enquanto meninas são encorajadas à delicadeza, obediência e cuidado com os outros. Parte do que somos é resultado direto dessas aprendizagens e convivências.

Repensar Masculinidades e Feminilidades

Falar sobre masculinidade é romper com os padrões rígidos de "ser homem". O mesmo vale para a feminilidade. Ao desnaturalizar esses papéis, promovemos liberdade para que cada pessoa seja quem é, sem ter que se encaixar em normas limitadoras.

O Que é Machismo?

O machismo é um sistema que privilegia os homens e coloca as mulheres em posição de subordinação. Ele está presente em atitudes cotidianas naturalizadas: como atribuir às mulheres a responsabilidade pelos cuidados da casa e dos filhos, ou esperar que estejam sempre disponíveis sexualmente, mesmo contra sua vontade.

Por Que Falar de Masculinidades na Escola

Discutir masculinidades permite que meninos também se libertem dos papéis impostos: possam expressar sentimentos, desenvolver empatia e construir relações mais respeitosas. Educar para a equidade de gênero é educar para a autodeterminação — e isso começa na escola, na família, nas conversas, nas brincadeiras, nos livros e nas escutas do cotidiano.



Impactos da Imposição da Masculinidade para os Homens

O Preço do Modelo Dominante

Embora o machismo favoreça os homens em muitos contextos, ele também os opriime. A pressão para corresponder a um ideal masculino baseado em força, controle e racionalidade os afasta do autocuidado, dos afetos e da construção de vínculos saudáveis.

O Adoecimento Invisível

Demonstrar afeto é visto como fraqueza; pedir ajuda é motivo de vergonha. Esse modelo gera isolamento emocional e contribui para o adoecimento psíquico. Romper com esse padrão é também um caminho de cura e libertação.

Masculinidade e a Marginalização de Pessoas LGBTQIAPN+

Violências por Não se Encaixar

Pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam exclusões e violências por não corresponderem às normas tradicionais de gênero e sexualidade. Crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ sofrem bullying, rejeição e silenciamentos, inclusive em espaços escolares.

O Papel da Escola na Inclusão

A escola tem o dever de ser um ambiente seguro e respeitoso para todas as identidades. Promover a diversidade de gênero e sexualidade é essencial para uma educação em direitos humanos e para a construção de uma sociedade mais justa.



A Linguagem da Violência e o Cotidiano Familiar

Quando Gritar Vira a Regra

A violência verbal e física, muitas vezes, surge como forma aprendida para lidar com frustrações. Gritar, ameaçar ou impor controle, principalmente sobre crianças, é comum em momentos de conflito — mas não deve ser normalizado.

A Raiz da Reação Agressiva

Esse padrão nasce da dificuldade de escuta, do não reconhecimento da própria frustração e da ideia de que força é sinônimo de autoridade. Muitos aprendem que impor respeito é o mesmo que ser temido.

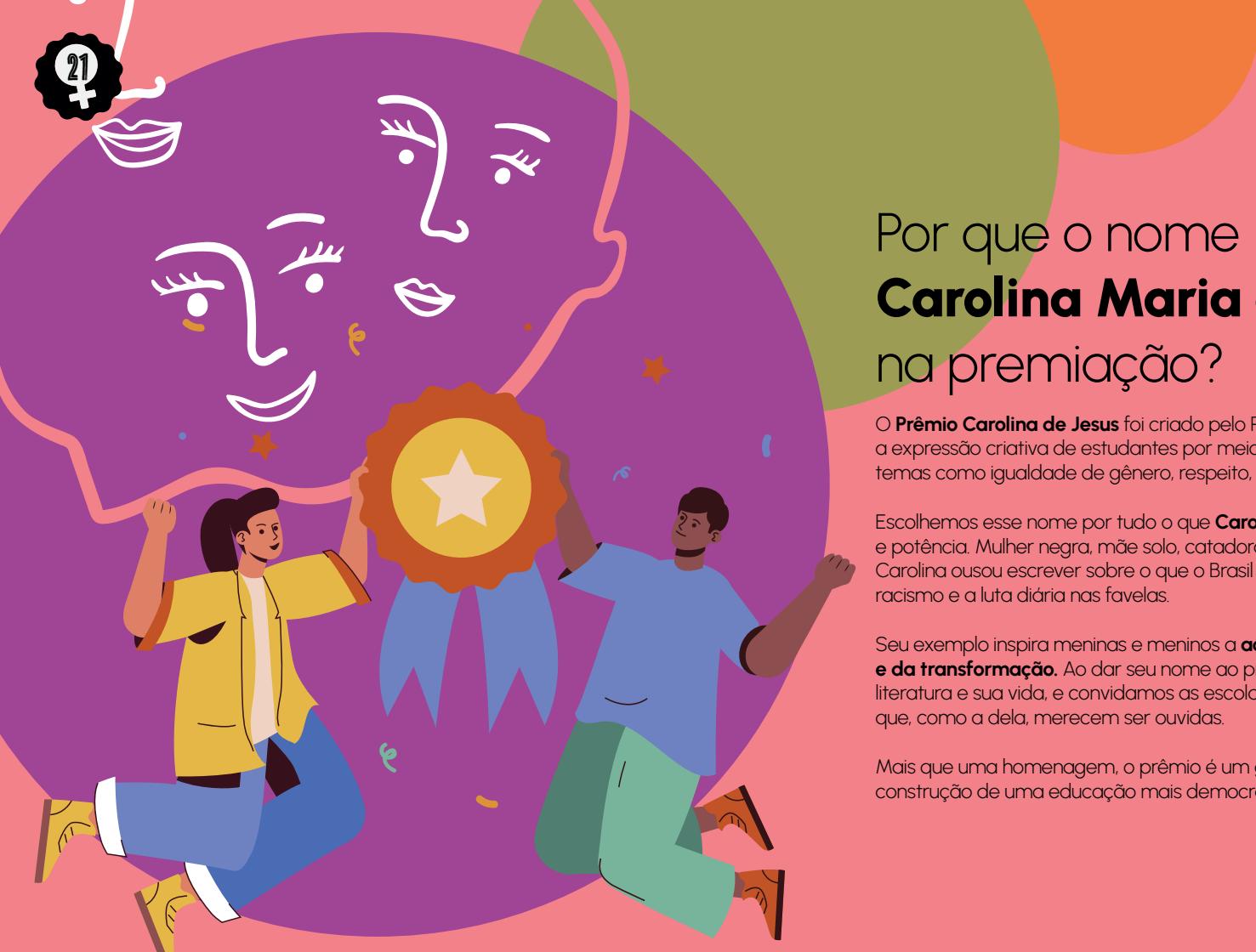
Efeitos na Construção da Masculinidade

Meninos, em especial, são ensinados a resolver tudo com agressividade — o que os afasta de respostas mais empáticas e maduras. Esse modelo violento prejudica a convivência e impede o desenvolvimento de relações mais saudáveis.

Um Convite à Escuta e ao Cuidado

Para lidar melhor com os conflitos, é necessário reconhecer os impulsos agressivos, compreender o que está em jogo emocionalmente e buscar saídas que respeitem tanto a si quanto ao outro. Relações mais humanas se constroem com escuta, empatia e consciência.





Por que o nome **Carolina Maria de Jesus** na premiação?

O **Prêmio Carolina de Jesus** foi criado pelo Programa Rio Lilás para valorizar e incentivar a expressão criativa de estudantes por meio de **redações e desenhos** que refletem temas como igualdade de gênero, respeito, direitos humanos e justiça social.

Escolhemos esse nome por tudo o que **Carolina representa**: resistência, voz, memória e potência. Mulher negra, mãe solo, catadora de papel e escritora de imenso talento, Carolina ousou escrever sobre o que o Brasil tentava esconder: a fome, a pobreza, o racismo e a luta diária nas favelas.

Seu exemplo inspira meninas e meninos a **acreditarem no poder da palavra, da autoria e da transformação**. Ao dar seu nome ao prêmio, homenageamos sua coragem, sua literatura e sua vida, e convidamos as escolas a reconhecerem e multiplicarem vozes que, como a dela, merecem ser ouvidas.

Mais que uma homenagem, o prêmio é um gesto de reparação e compromisso com a construção de uma educação mais democrática, sensível e justa.



Quem foi Carolina Maria de Jesus?

**Literatura, memória e resistência:
uma mulher negra que escreveu o Brasil que muitos não quiseram ver**

Carolina Maria de Jesus nasceu em 1914, em Sacramento (MG), e viveu quase toda a vida em extrema pobreza. Mudou-se para São Paulo, onde sustentava os filhos catando papel na favela do Canindé. Foi ali que começou a escrever em cadernos que encontrava no lixo.

Com apenas dois anos de escolarização, Carolina registrava em seus diários a dura realidade da favela — as filas do arroz, a fome das crianças, o racismo cotidiano, mas também a beleza do gesto simples, a força das mães e os sonhos teimosos de quem se recusa a ser apagado.

Em 1960, publicou seu primeiro e mais famoso livro, **"Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada"**, que se tornou um best-seller internacional. Sua escrita impactou o Brasil e o mundo, sendo traduzida para mais de 13 idiomas e publicada em mais de 40 países. Mas Carolina foi muito além do diário. Criou contos, provérbios e memórias. Sua linguagem mistura crítica social com oralidade, denúncia com poesia. É voz que incomoda, que revela e que planta.

Espaço Maria da Penha: Leitura, Acolhimento e Direitos das Mulheres na Escola

O Espaço Maria da Penha é uma proposta que une educação, cidadania e acolhimento. Trata-se de um ambiente dedicado à disponibilização de livros didáticos, cartilhas, revistas e outros materiais sobre a Lei Maria da Penha e os Direitos das Mulheres, com o objetivo de fortalecer a cultura de respeito, equidade e combate à violência de gênero desde os primeiros anos escolares.

Mais do que um acervo, o Espaço Maria da Penha é também um convite ao diálogo e à escuta sensível. Um espaço onde estudantes, professores e toda a comunidade escolar possam refletir sobre temas como igualdade de gênero, respeito às diversidades, relações saudáveis e direitos humanos.

Proposta Pedagógica e Participativa

Sugerimos que a criação do espaço conte com a participação ativa dos(as) estudantes — desde a ornamentação até a curadoria dos materiais. Essa construção coletiva é fundamental para que o espaço seja reconhecido como vivo, afetivo e de pertencimento. Incentive que as turmas proponham nomes, cores, frases inspiradoras e criem cartazes, desenhos ou poemas que expressem seus entendimentos sobre o tema.

Além de fonte de informação, o Espaço Maria da Penha deve funcionar como um lugar de acolhimento e confiança — onde ninguém se sinta sozinho(a) diante de dúvidas, dores ou denúncias. Por isso, sugerimos que ele esteja articulado com os canais de escuta e proteção da escola, como a equipe pedagógica, a gestão e, quando possível, serviços de apoio externos.

Inauguração com presença de autoridades e entrega de placa do TJRJ

A culminância desta ação será marcada por um momento especial: **a inauguração oficial do espaço durante a visita de magistrados, servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e/ou outros convidados. Nesta ocasião, será realizada a entrega simbólica da placa do Espaço Maria da Penha**, concedida pelo TJRJ, selando o compromisso da escola com a promoção de uma cultura de paz, respeito e igualdade.



REFERÊNCIAS

Para uso na cartilha

- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Civilização Brasileira, 2003.
- CONNELL, Raewyn. *Masculinidades*. UFRJ, 1995.
- SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*, 1991.
- SAFFIOTI, Heleith. *Gênero, Patriarcado e Violência*. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- JOHNSON, Michael P. *A Typology of Domestic Violence*. Northeastern University Press, 2008.
- Promundo Brasil:** <https://promundo.org.br>
Publicações como "Violência no Número Adolescente" e "Masculinidades e Juventude".
- ONU Mulheres Brasil:** <https://www.onumulheres.org.br>
Dados e materiais sobre violência de gênero entre jovens.
- OPAS / Organização Pan-Americana da Saúde**
Relatórios sobre saúde emocional de adolescentes vítimas de violência.
- Instituto Avon & Fórum Brasileiro de Segurança Pública**
Pesquisas sobre violência de gênero no Brasil, com destaque para juventude.
- BRASIL. **Lei no 11.340/2006** – Lei Maria da Penha. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Cartilha Lei Maria da Penha para a Comunidade Escolar*. Brasília: SPM, 2011.
- ONU Mulheres Brasil**. *Violência contra Mulheres e Meninas*. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>
- BRASIL ESCOLA. Sexismo. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/sexismo.htm>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. *Cartilha para homens*. Brasília, DF: TJDFT, 2020. Disponível em: <https://www.tjdf.jus.br/institucional/imprensa/noticias/arquivos/cartilha-homens-4.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.
- MPBA – Ministério Públco do Estado da Bahia. Vamos falar sobre masculinidade? Salvador, BA: MPBA, 2021. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/publicacoes/cartilha_masculinidade_machismo_feminilidade_1.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.
- INSTITUTO PHD – Instituto de Pesquisa & Desenvolvimento em Florescimento Humano. Como conversar com homens sobre violência contra meninas e mulheres. 2. ed. São Paulo: Instituto PdH, 2023. Disponível em: <https://institutopdh.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Como-conversar-com-homens-3010-compress.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PREFEITURA
RIO

Educação

Política para
Mulheres
e Cuidados



Projeto Gráfico
SGCOM | DEDIF | DIDEQ

Secretaria-Geral do Conhecimento:
Mariana Figueiredo Corrêa

Departamento de Difusão do Conhecimento:
Aline Müller

Divisão de Design
Georgia Kitsos

Designer:
Fernando Esteves